

## A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: A OFENSIVA PRIVATISTA COMO IDEOLOGIA

### THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY: THE PRIVATIST OFFENSIVE AS AN IDEOLOGY

Clara Martins do NASCIMENTO\* 

Ivete SIMIONATTO\*\* 

**Resumo:** Este artigo se propõe a refletir sobre o poder material do discurso da privatização presente no ensino superior brasileiro, em programas governamentais, e de que modo se materializa como ideologia. Trabalha com a hipótese de que tal discurso desempenha uma função social frente à consolidação de um projeto privatista para o ensino superior brasileiro, alinhado às exigências do capitalismo em sua fase financeirizada. Através dos pressupostos teórico-metodológicos da teoria social crítica marxiana e marxista enquanto ferramentas de análise, conclui que a ofensiva ideológica proferida pelos diferentes governos, marcada pelo aceleramento da implementação de um novo projeto de universidade, porta uma base material. Isto porque, as ideologias imprimem direção aos conflitos sociais e conferem materialidade a projetos educacionais com interesses determinados.

**Palavras-chave:** Universidade pública. Ideologia. Hegemonia.

**Abstract:** This article aims to reflect on the material power of the privatization discourse present in Brazilian higher education, its presence in government programs and how it materializes as an ideology. It works with the hypothesis that such a discourse plays a social function in the face of the consolidation of a privatist project for Brazilian higher education, aligned with the demands of capitalism in its financialized phase. Through the theoretical-methodological assumptions of Marxian and Marxist critical social theory as tools of analysis, it is concluded that the ideological offensive uttered by the different governments, marked by the acceleration of the implementation of a new University project, carries a material basis. The ideologies gives direction to social conflicts and give materiality to educational projects with determined interests.

**Keywords:** Public university. Ideology. Hegemony.

Submetido em 22/04/2023. Aceito em 24/04/2023.

\* Professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade de Pernambuco/UPE, Campus Mata Sul. Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Doutora em Comunicação pelo Programa do Doutorado interuniversitário em Comunicação da Universidade De Cádiz (UCA/Espanha). Participou do subprojeto Print/CAPES/UFSC “Repositório de Práticas Interculturais” coordenado pela Profa. Patrícia Giraldi (tendo a CAPES como instituição de fomento) e do Programa UCA Internacional para realização de Teses em regime de cotutela, da Universidad de Cádiz. Integra a equipe do Projeto de P+D da AEI (Agência Estatal de Investigación, Espanha) “Comunicação Digital Solidária” PID2019-106632GB-I00/AEI/10.13039/501100011033, coordenado pelo Prof. Dr. Víctor Manuel Marí Sáez. E-mail: [asclara88@gmail.com](mailto:asclara88@gmail.com)

\*\* Graduação em Serviço Social. Mestra em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-doutora pelo European University Institute (Florença). Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Grupo de estudos Antonio Gramsci da UFSC e o Núcleo de estudos - Estado, sociedade civil, políticas públicas e Serviço Social do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC. Membro do Conselho de Livros da Editora Cortez. E-mail: [ivetesimionatto57@gmail.com](mailto:ivetesimionatto57@gmail.com)



## **Introdução**

O ideário privatista na educação brasileira perpassa diferentes períodos da nossa história, já desde o início do período republicano, especialmente no que concerne à educação superior. A Constituição de 1891 conferiu aos governos estaduais a prerrogativa da participação do setor privado na oferta dessa modalidade de ensino, com vistas a aumentar a força de trabalho com alta escolaridade, bem como difundir o pensamento positivista (CUNHA, 1986; SAMPAIO, 2000). Tal tendência prosseguiu no século XX, fomentada pelo regime militar e sua política restritiva ao ensino público, então considerado subversivo.

Sabemos que os condicionamentos sócio-históricos da gênese e do desenvolvimento da universidade brasileira<sup>1</sup> já apontavam para sua estruturação oligárquica, porque destinada à formação dos quadros dirigentes da elite nacional. No seu interior, temas como a gratuidade do ensino, autonomia universitária, carreira docente (cabe recordar a figura do professor catedrático, por exemplo), da relação professor x aluno (marcada pela hierarquização), das parcerias público-privadas no financiamento da pesquisa, o tema das patentes, sempre foram alvo de disputas entre projetos educacionais orientados por distintas perspectivas. Esse amálgama conflituoso é o que define os rumos da estruturação e desenvolvimento da universidade brasileira. Expressa, portanto, uma disputa ideológica, enquanto disputa por hegemonia em torno de diferentes projetos classistas.

Na história recente da Universidade pública brasileira ganharam destaque os projetos conservadores e neoliberais e, mesmo não implementados formalmente (a exemplo do Escola Sem Partido, do Future-se e da Reforma do Ensino Médio,) vem se materializando através de programas que condensam as propostas governamentais (atendendo às necessidades do capitalismo dependente) para a universidade brasileira: a sua entrada definitiva no circuito do empresariamento, demarcado pela implementação de uma gestão empresarial a partir da definição de contratos de gestão com as Organizações Sociais (OS) cujo nascedouro se encontra na contrarreforma do Estado iniciada nos anos 1990.

Norteadas pelos ideários da inovação e do empreendedorismo, a universidade seria estimulada à captação de recursos junto ao setor privado para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão. Desnecessário enfatizar que não existe compatibilidade entre os valores do mercado (orientados para o lucro) e os valores educacionais. Muito já foi produzido sobre o tema e, parece, não deixar dúvidas quanto aos rumos da universidade pós implementação de mercantilização deste porte. Em síntese, a universidade-empresa é o real fim a ser alcançado. E este sim, é o panorama concreto construído por interesses concretos.

Uma vez que a produção e disseminação de concepções de mundo orienta-se pelo e para o enfrentamento de conflitos sociais, isto nos permite pensar a ideologia desde a perspectiva da luta de classes. Nesse sentido, seu desvelamento exige a investigação dos cenários que impulsionam/determinam os conflitos sociais e os projetos em disputa: mesmo considerando que as ideias dominantes são as ideias da

---

<sup>1</sup> Sobre esse tema ver Fernandes (1975).

classe dominante, a disputa de hegemonia entre diferentes projetos educacionais impõe a tarefa coletiva de construção e fortalecimento de bases teóricas e ideo-políticas críticas voltadas à educação como possibilidade emancipadora.

Nesta direção, este texto se propõe refletir sobre o poder material do discurso da privatização (o que faz dele uma ideologia). Deste modo, trabalhamos com a hipótese de que tal discurso desempenha uma função social frente à consolidação de um projeto privatista para o ensino superior brasileiro alinhado às exigências da acumulação do capital em sua fase financeirizada. Tal discurso revela, por sua vez, a tentativa de inserir a universidade no circuito da acumulação do capital demarcada pelas políticas de contingenciamento para o pagamento das crimonosas dívidas públicas federais.

Desta maneira, as ideias elaboradas em torno da privatização materializam as mais urgentes exigências postas no atual contexto de crise orgânica do capital, no capitalismo dependente. Nestes tempos de hegemonia do capital financeiro que encontra sérias dificuldades de realização dos lucros, acirra-se a corrida voraz por novos nichos de mercado, sendo a educação e a universidade negócios promissores e altamente lucrativos.

Partindo de tais premissas, buscamos recuperar os pressupostos teórico-metodológicos da teoria social crítica marxiana e marxista acerca da ideologia enquanto ferramentas de análise para interpretar os discursos presentes em diferentes governos no que concerne à universidade pública, sob a ofensiva privatista e a transformação da educação pública estatal em mercadoria – a ser gerida com recursos da iniciativa privada e pela lógica gerencial correspondente.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos: a ideologia e as condições materiais de sua produção**

As elaborações espirituais da sociedade não existem autonomamente e tampouco são capazes, por si só, de operar transformações substanciais na sociabilidade humana, desvinculadas da práxis social. Isto é o que os fatos da conjuntura brasileira têm nos revelado quando analisados desde uma perspectiva crítica e dialética.

Ainda que o pensamento dominante, comprometido com a conservação das coisas tal como estão, siga apelando para a existência de uma suposta “neutralidade” da consciência, a práxis social das classes dirigentes (nas respostas às perguntas que a realidade social lhes impõe) revela a impossibilidade de desvincular o conjunto das ideias, pensamentos, valores, normas e concepção de mundo, cotidianamente socializados, sobretudo pelos aparelhos privados de hegemonia, do campo dos interesses concretos materiais dessas classes. A ideologia é elaborada e disseminada a partir das próprias condições de existência material da sociedade, sendo esta, marcada pela relação contraditória e descompassada entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

No caso brasileiro, basta lembrar o processo das eleições presidenciais de 2018<sup>2</sup> para constatar que a difusão ampla de determinadas ideias, com a finalidade de responder a conflitos sociais, é capaz de conduzir ao alcance de interesses reais e concretos. Ademais, poderíamos também rememorar a ampla disseminação e influência das notícias veiculadas pela grande mídia nas avaliações do Partido do Trabalhadores (PT), na condução do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, no processo de criminalização dos movimentos sociais (e da esquerda, em geral) dentre tantos outros acontecimentos em escala nacional e internacional. Se à época de Gramsci (2000, p. 78) a imprensa destacava-se como “a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica”, na atualidade, ao lado dela, os novos meios de comunicação<sup>3</sup>, especialmente midiáticos, emergem como agentes centrais na disputa da hegemonia com destaque para as grandes corporações da mídia empresarial que, além da propriedade dos meios de produção, detém as tecnologias e os instrumentos para organizar, difundir suas ideias e sua concepção de mundo.

A nosso ver, o atual contexto de crise orgânica do capital, acirrado na particularidade do capitalismo dependente, escancara a função social cumprida por um conjunto de ideias, disseminadas socialmente, atribuídas a este universo da chamada ideologia. Isso porque os contextos de maior “estabilidade” parecem turvar a relação determinante e recíproca entre estrutura e superestrutura; e, de outro modo, em conjunturas de crise a relação entre ideologia e produção torna-se mais evidente. Em tais situações, explicita-se o poder material das ideias que os indivíduos elaboram para tomar partido nos conflitos sociais enfrentados na vida cotidiana.

Essa relação entre base material e ideologia e a função social que esta última cumpre no enfrentamento dos conflitos sociais se apresentam como problemas centrais no debate ideológico reivindicado pela teoria marxista. Nas suas determinações mais essenciais, esta concepção filosófica revela que: 1. a totalidade das relações de produção eleva uma superestrutura; 2. os conflitos suscitados pelo desenvolvimento contraditório da economia são enfrentados e resolvidos por meio da ideologia; 3. as necessidades impostas pelo desenvolvimento econômico criam um campo de possibilidades para as decisões ideológicas dos homens (MARX, 2010, 2008, 2007). Sumariamente, temos que a análise da ideologia deve partir da investigação da base material que motiva a produção de ideias que cumprem função ideológica.

À luz dessas elaborações distanciamo-nos, portanto, da crítica ensimesmada do pensamento e da consciência e, por outro lado, percebemos a consciência condicionada ao ‘ser do homem’ enquanto um ser consciente, cuja riqueza espiritual vincula-se à riqueza de suas relações sociais (num processo de determinidade no qual, a partir da atividade produtiva, ambos se refazem). Tal orientação teórica abriga os fundamentos que instrumentalizam nossa análise acerca da atual ofensiva ideológica universitária, em torno do tema da privatização.

---

<sup>2</sup> Marcado pela disseminação de *fake News* — cujo papel foi decisório no resultado final eleitoral.

<sup>3</sup> Sobre os novos meios de comunicação, a exemplo das mídias e redes sociais na era do denominado capitalismo digital, destacam-se os estudos de Saéz (2022), Smith & Skalli (2022).

Nesse sentido, reafirmamos como pressuposto metodológico, a articulação existente entre a ideologia e as condições materiais de sua produção. Desde esse ponto de vista, as formulações do pensamento são concebidas num campo de possibilidades reais, construídas pelos indivíduos no cerne do conflito posto pelas contradições geradas no âmbito da dinâmica do capital — e, a partir da forma como a sociedade toma consciência delas e as enfrenta.

Embasadas nessa percepção, supomos que a ofensiva ideológica de ataque à universidade pública brasileira, sintetizada na pauta da privatização, longe de poder ser avaliada desde uma mirada moralista, emerge como um processo empiricamente constatável, vinculado a pressupostos materiais das exigências e demandas da acumulação capitalista.

Por motivos de exposição, antes de adentrarmos mais especificamente no tema da ofensiva ideológica universitária, a ponto de recuperar as bases materiais da sua produção, julgamos ser importante discorrer sobre as determinações fundamentais que incidem na transformação de um pensamento em uma ideologia, conforme as contribuições de Gramsci e Lukács.

## 2. Sob que condições um conjunto de ideias se torna ideologia?<sup>4</sup>

Neste ensaio, o problema se coloca nos seguintes termos: em se tratando da atual ofensiva ideológica universitária, o conjunto de ideias em torno da privatização (que dá o tom das restaurações mais recentes) que alcançou uma ampla difusão, desempenha uma função social específica no conflito entre diferentes projetos educacionais e de sociedade? Elas atuam como meio através do qual a sociedade enfrenta os conflitos sociais? Nesse sentido, podem ser consideradas ideologia? E sob que condições tal conjunto de ideias torna-se ideologia?

No âmbito da tradição marxista, Gramsci e Lukács nos oferecem valiosas pistas para refletir sobre tais questionamentos, compreender como se formam as ideologias e o peso que representam para o conjunto da sociedade. Os dois autores debateram um tema ainda bastante polêmico no campo do marxismo acerca da concepção de ideologia como “falsa consciência” em contraposição à “consciência verdadeira”, como visão de mundo, sua função nas transformações sociais e a sua relação com a hegemonia. Um ponto comum entre ambos é certo: a ideologia possui uma dimensão ontológico-social.

Lukács (2013, p. 467), preocupado em desvendar os fundamentos ontológicos da ideologia, nos oferece a seguinte formulação acerca do critério de verdade ou falsidade dos pores teleológicos:

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc.; científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia [...]. Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prática para enfrentar e resolver conflitos, sejam estes de maior ou menos amplitude determinantes dos destinos do mundo ou

---

<sup>4</sup> Debate presente em Nascimento & Simionatto (2021).

episódicos [...].

Empenhou-se, ainda, em demonstrar como tal constatação opera no plano histórico, nos seguintes termos:

[...] não é difícil perceber isto no plano histórico. A astronomia heliocêntrica ou a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas, podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando, depois da atuação de Galileu ou Darwin, os posicionamentos relativos as suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, elas se tornaram operantes — nesse contexto — como ideologias [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 467).

As indicações lukacsianas e, nesta mesma direção, aquelas elaboradas por Gramsci, corroboram para o aprofundamento de uma teoria marxista da ideologia na qual o ‘problema da ideologia’ se apresenta no fato de as pessoas enfrentarem conflitos na sociedade, se posicionarem frente a eles e tomarem decisões. Daí a inviabilidade de investigar o mérito gnosiológico de uma ideia — a sua correspondência ou não com a realidade. O que verdadeiramente importa não é o critério de verdade ou falsidade, e, sim se um espelhamento aparentemente falso é apropriado para exercer funções determinadas (LUKÁCS, 2013).

Também para Gramsci a ideologia não se resume à “batalha das ideias”, dado que, enquanto concepção de mundo, transcende o conhecimento e se vincula diretamente à ação, influenciando o comportamento dos homens. Nessa mesma direção afirma Lukács (1981, p. 487):

Mesmo sendo uma forma de consciência a ideologia não é absolutamente idêntica à representação cognitiva da realidade, mas — enquanto meio para enfrentar conflitos sociais — é eminentemente, dirigida para a práxis [...] no sentido de transformar a realidade.

Tanto Lukács como Gramsci recusam-se a compreender a ideologia de um ponto de vista puramente gnosiológico, ou seja, como “falsa consciência” em contraposição à ciência ou à “consciência verdadeira”. Enquanto concepção de mundo a ideologia se articula à uma ética correspondente que transcende o conhecimento e se vincula diretamente à ação sobre os comportamentos humanos. A ideologia é, portanto, “força material que altera e modifica a vida humana” (COUTINHO, 1999, p. 114). É nesse sentido que Gramsci (1999, p. 237) adverte a necessária distinção

entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “voluntaristas” [...] e enquanto historicamente necessárias [...] elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.

Para Gramsci as diversas ideologias presentes na sociedade estão situadas na superestrutura, mas não estão apartadas do conjunto das relações sociais de produção de um determinado período histórico. Nas polêmicas contra o idealismo croceano e o marxismo economicista de Bukharin, Gramsci (1977, p.

436-37) afirma que “não são as ideologias que criam a realidade, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva que cria as ideologias”, chegando a uma elaboração próxima a de Marx: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). A ideologia nessa perspectiva é muito mais do que uma ideia subjetiva, abstrata e/ou sensorial. É atividade prática e teórica, portadora de uma concepção de mundo e “[...] se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1999, p. 98).

As formas ideológicas (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas) atuam como meio a partir do qual os homens tomam consciência dos conflitos sociais e o levam até o fim. As superestruturas jurídicas e políticas emergem da totalidade das relações sociais de produção. Assim, a ideologia atua como superestrutura que necessariamente surge de uma base econômica. É o cimento que unifica todo o bloco social e se materializa nas ações concretas e nas lutas diárias dos sujeitos sociais. Enquanto força efetiva na realidade social, influi na capacidade para decifrar projetos societários em disputa, identificar as estratégias de classes ou frações de classe, aliadas ou antagonistas, as relações de força e o campo de contradições, evidenciando a estreita relação entre ideologia e hegemonia, ou seja, na expressão de Coutinho (1999), a ideologia é o *medium* da hegemonia.

A luta ideológica, portanto, não é apenas uma luta entre “concepções de mundo”, mas possui uma estrutura material articulada e difundida através dos “aparelhos privados de hegemonia” localizados na sociedade civil, mas em relação dialética com o Estado (sociedade política+sociedade civil) dado que a ideologia “empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado” (GRAMSCI, 1977, p. 1306). Essa materialidade se expressa na concepção de “bloco ideológico”, ou seja, o modo como se articula a “estrutura ideológica” de uma classe dominante:

Um estudo de como se organiza de fato a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente teórica ou ideológica’ [...] A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir na opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte desta estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas” (GRAMSCI, 1977, p. 332-333).

No caso específico deste estudo, as ideias em torno da necessidade de privatização da universidade pública, evidenciadas nos discursos do empresariamento, do empreendedorismo etc. e difundidas na sociedade, espelharem ou não as condições objetivas da universidade brasileira dependente é algo indiferente para definir o seu status de ideologia. Isto porque a função social da ideologia não tem a ver com o conteúdo do pensamento, não dependendo, portanto, de o mesmo ser verdadeiro ou falso, científico ou de origem mitologizante. Mas, sim, do fato deste conteúdo atuar socialmente frente à resolução de conflitos pelas classes sociais.

Nesse aspecto, Lukács (2013) quando discorre acerca da relação entre ideologia e falsa consciência nos coloca a seguinte reflexão

[...] há muitas realizações da falsa consciência que jamais converteram-se em ideologia e aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é idêntico à falsa consciência. Por essa razão só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de uma atuação social, a partir de suas funções sociais (LUKÁCS, 2013, p. 480).

E recuperando as contribuições de Marx, reitera:

[...] pode-se caracterizar Moloque e Apolo como ‘asneiras’ no sentido gnosiológico, mas na ontologia do ser social, eles figuraram como poderes realmente operantes [...] a ideologia só pode se tornar um poder, uma força no quadro do ser social, quando seu ser-propriadamente-assim convergir com as exigências essenciais do desenvolvimento da essência. E, como mostra a história, há graduações também dentro desta convergência, cujo critério, não precisa ser o gnosiológico mais correto, nem o histórico socialmente mais progressista, mas o impulso que conduz para uma devida resposta a perguntas postas justamente pelo respectivo ser-propriadamente-assim convergir com as exigências essenciais do desenvolvimento social e dos seus conflitos [...]. (LUKÁCS, 2013, p. 481).

É o poder social de um ponto de vista, na medida em que passa a atuar enquanto mediação teórica ou prática para a resolução de conflitos, que determina o seu status de ideologia. E vale ainda ressaltar que, na perspectiva de Lukács (2013), não importa a amplitude do conflito (se de alcance determinante ou episódico), as ideias são julgadas a partir da sua articulação com a luta social (no sentido da disputa de interesses que interferem no desenvolvimento capitalista). A consciência emerge, pois, como decorrente das necessidades postas pela reprodução material dos homens, no sentido da objetividade se colocar (e ser construída pelos indivíduos) enquanto um campo de possibilidades ao desenvolvimento da subjetividade humana (e das ideias que os mesmos constroem acerca da sua realidade). A ideologia é, portanto, uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente capaz de agir.

Aparentemente, o que fundamenta o discurso da privatização da universidade pública? Este, recentemente vem sendo sustentado, sobretudo, pelos argumentos da suposta improdutividade acadêmica e ônus financeiro destas instituições. Mas até que ponto este discurso nos apresenta um panorama real destas instituições, quando as universidades respondem por mais de 95% da pesquisa científica brasileira?

O discurso que sustenta o aparato ideológico da privatização (e que vem se apoderando da sociedade e dos governantes e, de certo modo, determinando os destinos destas instituições) não revela a realidade da universidade brasileira. Ocorre que, de acordo com as elaborações lukacsianas e gramscianas, a ideologia é uma forma de consciência que não necessariamente apresenta-se como sendo idêntica à consciência da realidade. Como meio para resolver conflitos, ela é direcionada para a práxis (na perspectiva de tentar conservar ou mudar uma realidade dada). Por isso, as ideias podem ser manejadas como meios para dirimir conflitos, e desempenhando uma função social neste processo, transformam-se, portanto, em ideologia. Em síntese: o status de ideologia não é uma propriedade fixa de formações espirituais sendo, muito antes, uma função social e não um tipo de ser (LUKÁCS, 2013).



### 3. A crítica da ideologia como crítica da realidade concreta

Valendo-nos dos pressupostos teórico-metodológicos, expostos ao longo do presente texto, para abordar o tema da ideologia e a sua materialidade (na especificidade da educação superior brasileira), realizaremos uma breve incursão na história recente das contrarreformas brasileiras no intuito de evidenciar a hipótese que vimos trabalhando: o discurso da privatização como ideologia.

Os debates sobre a privatização, no âmbito das reformas econômicas voltadas para o mercado, difundidas como necessárias ao enfrentamento das crises cíclicas do capital, ganharam ênfase nos governos das últimas três décadas e miraram, particularmente, as políticas sociais públicas. Destarte, as crises capitalistas supõem não somente o redesenho das formas produtivas, a reorientação da institucionalidade estatal, como também, das relações sociais como um todo. As medidas principiadas na década de 1990 através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado introduziram mudanças econômico-políticas de natureza neoliberal no Brasil centradas especialmente na redefinição da arquitetura organizacional do Estado, na delimitação de seu tamanho e na racionalização de suas funções com foco na privatização e terceirização de serviços. A crítica ao Estado intervencionista, pelos partidários e defensores do neoliberalismo e a defesa ideológica da reforma foi apregoada através do discurso de modernização e racionalização da esfera pública de modo a enfrentar as novas demandas postas pelo processo de globalização.

No que concerne à política educacional, no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu em 1996, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001 com repercussões na educação superior através de medidas que “redirecionam a estrutura e os projetos acadêmicos, balizados por políticas de gerenciamento cartorial, ao sabor das exigências do mercado, naturalizando, desse modo, a privatização do ensino superior” (VALENTE, ROMANO, 2002). A liberalização da oferta da educação superior pela iniciativa privada através da LDB, soma-se às prescrições internacionais, particularmente do Banco Mundial e sua política mercantilista para a América Latina.

Ainda neste governo, em dezembro de 2000, foi instituído o Programa de Estímulo à Interação Universidade–Empresa para o Apoio à Inovação, com o objetivo de estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo. Em 2001, foi criado o Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), outra medida para a expansão de vagas no Ensino Superior, voltadas às instituições privadas.

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) as práticas políticas provenientes da Reforma do Aparelho do Estado, a defesa e a expansão da esfera privada (no âmbito da educação superior) ganharam continuidade. O tema da reforma universitária, na primeira década dos anos 2000, foi demarcado pela ressignificação do conteúdo ideológico de pautas históricas da universidade pública brasileira — que

caracterizou os programas da chamada “democratização do ensino superior”<sup>5</sup> — e comportou, contraditoriamente, iniciativas de massificação universitária com ampla concessão à participação do setor privado. Mesmo embora os governos petistas tenham alavancado a ampliação do acesso à universidade através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>6</sup>, promoveram concomitantemente o crescimento do setor privado através do Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>7</sup>.

A tendência privatista prosseguiu nas gestões de Dilma Rousseff (2011–2016) a exemplo da mudança da episteme da ciência brasileira, através do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação de 2013 - que dispôs sobre os estímulos ao desenvolvimento de produção científica, à pesquisa e à capacitação tecnológica. Tal proposta foi consolidada através da Lei n. 13.243, de 11 de janeiro de 2016, permitindo o compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com empresas em ações voltadas à inovação tecnológica, viabilizando as parcerias público-privadas (PPP) e facilitando a articulação entre empresas e universidades.

Após o golpe jurídico-parlamentar, Michel Temer (2016-2018) assumiu o poder com o propósito não só de cancelar o “reformismo fraco” alcançado nos governos petistas, mas de “salgar a terra” na qual crescera a Constituição de 1988 (SINGER, 2018), revogando os processos de democratização e os parcos avanços conquistados desde então, atingindo especialmente as áreas da saúde, educação, trabalho e previdência social.

Retomando as premissas da Reforma do Aparelho do Estado, Temer através de seu projeto liberal-conservador, aprofundou a racionalidade gerencial do Estado, defendeu e ampliou as políticas de privatização, a redução de investimentos sociais e cortes de gastos públicos, sendo a educação superior uma das áreas mais afetadas. Tais premissas foram sintetizadas na Emenda Constitucional (EC) nº 95 aprovada em 2016, que congelou os investimentos públicos por um período de 20 anos, diminuindo drasticamente os recursos destinados às universidades<sup>8</sup>.

O golpe de 2016, foi a oportunidade de radicalização de um projeto ultraliberal para o Brasil nos campos econômico e social e uma agenda e ultraconservadora no campo da cultura e dos direitos humanos. A captura cultural e ideológica sobre a crise fundamentada no léxico neoliberal, criou um consenso em torno da pauta econômica vinculada aos anseios do setor privado, da elite burguesa e de parcelas das classes médias. A participação da mídia oligopolista e de intelectuais orgânicos da burguesia foram decisivos na

---

<sup>5</sup> O tema da chamada de democratização universitária foi abordado mais detidamente em Nascimento (2013).

<sup>6</sup> O REUNI, instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, tem como base as orientações do denominado Processo de Bolonha inaugurado em 1999 com a Declaração de Bolonha - uma carta de intenção firmada por países europeus para a construção do chamado Espaço de Ensino Superior Europeu visando garantir a comparabilidade e o aumento da competitividade do ensino superior europeu. Este Processo se inscreve nas tendências de transnacionalização da educação superior (e hegemonia de projetos educacionais sintonizados com empresariamento e a mercantilização do ensino superior). Cf. pesquisa de Nascimento (2022).

<sup>7</sup> Programa criado pela Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições particulares de educação superior.

<sup>8</sup> Vale salientar que o controle e a gestão da educação pública por organizações empresariais ganhou novas dimensões com a Reforma do Ensino Médio aprovada em 2017 dando continuidade às estratégias de uma ampla dominação empresarial e financeira no âmbito educacional.

formação de um senso comum sobre a necessidade de “enxugar os gastos públicos” mediante amplo “ajuste fiscal”, “recuperar a confiança do mercado”, “incentivar a atividade econômica empresarial”, “combater o desemprego”, buscar maior “flexibilização” e “competitividade”. Fortalecida por um cenário de ascensão de uma pauta conservadora com discursos racistas, xenófobos e misóginos, mais incisivamente, a ideologia dominante dá forma ao conteúdo dos interesses materializados pelo capital.

O governo de Jair Bolsonaro, eleito para a legislatura de 2019-2022, aprofunda essa realidade, seguindo as contrarreformas aprovadas no período anterior, tendo em mira consolidar a hegemonia do grande capital. Neste período radicalizou-se o discurso sobre a privatização do ensino superior amparado no ideário do empreendedorismo e da inovação, sendo a educação considerada um bem privado, cujo escopo principal é produzir “capital humano” para manter a competitividade e as exigências do mercado.

O intento da privatização e do desmonte da universidade pública ganha impulso na proposta do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras — o *Future-se*, lançado em 2019, encaminhada ao Congresso Nacional, ainda em fase de análise. A proposta possui três eixos condutores 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo; 2) Pesquisa e Inovação; e 3) Internacionalização — sendo outros acrescidos após o processo de consulta pública. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019). Na análise de Leher (2021), a lógica do *Future-se*, engloba um amplo programa de privatização de bens patrimoniais e recursos públicos, submetidos ao modelo de autonomia financeira das grandes corporações nacionais e mundiais, transformando as universidades públicas em OS dependentes do setor privado e da venda serviços. Expressa-se aqui a mercantilização máxima não só da universidade, mas de todo o sistema de ciência e tecnologia do país, como as agências públicas de fomento, responsáveis pelo financiamento de quase 90% da produção científica nacional, e que encontra guarida na EC nº95, mediante o fim da vinculação constitucional das verbas destinadas à educação e a outras políticas sociais.

No ano de 2019, os vultuosos cortes de verbas nos orçamentos das universidades públicas e as previsões do MEC reascenderam os questionamentos sobre os rumos do ensino superior público brasileiro. O aumento da precarização da carreira docente, a não priorização dos investimentos em permanência universitária, a insuficiência de recursos para a pesquisa — embates que denunciavam a gravidade das condições das IES. A perplexidade geral, contudo, foi causada não só pelo acirramento/aligeiramento de tais medidas, como mais ainda, pelo discurso político-ideológico abertamente proferido para justificá-las, convertendo projetos classistas particulares em demandas gerais ou de simples senso comum (FONTES, 2017). Agrega-se aqui a cruzada ideológica travada em torno da “guerra cultural” com a defesa de uma pauta conservadora nos costumes, especialmente em temas relativos ao aborto, ao papel da mulher e da família, aos valores religiosos, à pretensa eliminação da ideologia no processo educacional, às relações internacionais e aos direitos humanos.

Concordamos com a afirmação de Leher (2020) de que a política educacional preconizada pelo governo Bolsonaro através do *Future-se*, para além da perspectiva privatista, objetiva converter a educação em lócus da difusão do fundamentalismo ideológico anti-iluminista, antissecularista e claramente

irracionalista. Os investimentos em pesquisa sofrem drásticos cortes, especialmente na área de Ciências Humanas e Sociais, dado que, permeadas pelo acusado “marxismo cultural”, não estariam produzindo ciência e sim ideologia. Mesmo rejeitado por mais de 70% das instituições de ensino superior federais, se aprovado o *Future-se* tende a transformar as universidades públicas em empresas de pesquisa prestadoras de serviços, articuladas ao capital financeiro para a produção de mercadorias e disputa de mercado, e ao mesmo tempo, aparelhadas pelas corporações capitalistas mundiais (SILVA JÚNIOR; FARGONI, 2020).

Outro ponto a destacar é a pertinência dessa lógica imperativa no eixo da Internacionalização com o intuito de elevar a marca das universidades e institutos federais através das parcerias internacionais em ensino, pesquisa e extensão, com a facilitação do acesso e a promoção de disciplinas em plataformas *on-line*. Nessa direção cresce a expansão do ensino a distância, potencializada com a COVID-19, regulada por produtos da tecnociência, o intercâmbio de professores-pesquisadores e estudantes envolvidos especialmente com pesquisas aplicadas, com garantia de certificação, a fim de registrar os altos desempenhos. Além disso, objetiva-se impulsionar as publicações em periódicos internacionais incentivando a concorrência entre as instituições, no intuito de alçarem novas posições no ranqueamento global de ensino superior. Aqui a racionalidade econômico-financeira interpõe-se às práticas cotidianas da vida universitária e as pesquisas e o trabalho do professor, transmuta-se em conhecimento-mercadoria (SILVA JÚNIOR, FARGONI, 2020; SAÉZ, NASCIMENTO, 2021).

## **Considerações finais**

No mês de setembro de 2019, o ministro da educação Abraham Weintraub (2019-2020) do governo Bolsonaro (2018-2022), em entrevista ao Estado de São Paulo, deu a seguinte declaração:

“As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns campus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima”<sup>9</sup>.

Tal pronunciamento teve ampla repercussão e fomentou a disseminação de acusações contra as universidades públicas de serem improdutivas e onerosas, sem retorno imediato à sociedade. Estes elementos, apropriados nos discursos dos diferentes governos (e acirrada no período de Bolsonaro), fortalecem o senso comum sobre a ineficácia dos serviços públicos e a falta de legitimidade da universidade pública brasileira frente à sociedade. É neste sentido que estas ideias alcançam poder material: no embate e disputa entre diferentes projetos universitários à medida que “preparam o terreno” para o ataque ideológico sintetizado na pauta da privatização da universidade pública.

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/abraham-weintraub-diz-que-universidades-federais-tem-cracolandia/>. Acesso em abril de 2023.

Ao longo do presente texto perguntamo-nos se esses complexos de ideias alcançam o status de ideologia — que, por sua vez, dá forma à necessidade material de reestruturação das universidades públicas brasileiras neste momento de crise do capital. Nossa percepção é a de que estamos vivenciando um embate de ideologias, que é, em si, a disputa pela hegemonia. Ou seja, a ofensiva ideológica proferida, marcada pelo aceleração da implementação de um novo projeto de universidade, porta uma base material. Ela se organiza para atender as necessidades provenientes da atual dinâmica de acumulação capitalista.

Dessa forma, coloca-se como desafio permanente o desvelamento do sentido das medidas governamentais, uma vez que a sua aparência improvisada (tal como constatamos no discurso moralizar do ex-ministro da educação), esconde uma essência determinada materialmente. As ações do governo são organizadas e orientadas deliberadamente para difamar a educação superior pública, ajustá-la ao padrão de acumulação do capital e às necessidades do mercado.

O discurso de improdutividade, necessidade de empreendedorismo, privatização, pagamento de mensalidades, destruição da estabilidade dos servidores públicos etc. não são um mero conjunto de ideias disseminadas, relacionadas a concepções de mundo dos sujeitos individualmente. São ideias construídas num terreno histórico determinado e alcançam um poder material no sentido de atuar nos conflitos sociais uma vez que materializam interesses de um formato específico de educação e de universidade. As ideologias imprimem, desse modo, direção aos conflitos sociais, conferem materialidade a projetos educacionais com interesses determinados para que sua concretização conforme um ou outro projeto de universidade.

## Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- CUNHA, Luis. A. **A universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- FONTES, Virgínia. Hegemonia e Política. In: MATTOS, M. Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi. 2. ed., 1977.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 5, 2002.

- LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- LEHER, Roberto. **Future-se e a supressão da autonomia universitária - PORTAL FEPESP**, 2020. Disponível em [fepesp.org.br/tag/future-se](http://fepesp.org.br/tag/future-se). Acesso em 13/04/2023.
- LEHER, Roberto. **Universidade Pública Federal Brasileira: Future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa**. 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/TSQXSX7dwJVVGyYW8bVFmWYm/>. Acesso em 15/04/2023.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 2. Tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma Riuniti, Vol. II, 1981.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimp.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl, ENGELS Friedrich. **Ideologia Alemã**. Trad. Rubens Enderle et all. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - **Future-se**. Brasília, 2019. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos>. Acesso em 14/10/2020.
- NASCIMENTO, Clara Martins do. A Universidade brasileira sob o padrão de reprodução do capital nos anos 2000; orientadora, Ivete Siminonatto, orientador, Victor Manuel Mari Saéz. **Tese de doutorado** – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2022, 191p.
- NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. In Rev. **Universidade e Sociedade** (Brasília), v.53, p.88 - 103, 2014.
- NASCIMENTO, Clara Martins do; SIMIONATTO, Ivete. Ofensiva privatista da universidade pública brasileira: base ideológica e disputa de hegemonia In: **Serviço social: questão social e direitos humanos: volume IV.1** ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2021, v.IV, p. 17-33.
- Saéz, Victor, M. Marí. *Comunicación, redes Sociales y emancipación social en el capitalismo digital*. In: Saéz, Victor, M. Marí (org). **Comunicación en el capitalismo digital**. Gedisa editorial: Espanha, 2022.
- SAMPAIO, Helena Maria S. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2000.
- Smidt, F. Gerard, Skalli, T. Hanae. Análisis crítico del discurso solidario y marcos gubernamentales. Estudio de caso de Oxfam Intermón y Cruz Roja. In: Saéz, Victor, M. Marí (org). **Comunicación em el capitalismo digital**. Gedisa editorial: Espanha, 2022.
- VÍCTOR M. MARÍ SÁEZ V; NASCIMENTO, Clara. Martins do. Communication Research, the Geopolitics of Knowledge and Publishing in High-Impact Journals: The Chronicle of a Commodification Process Foretold, 2021. **TripleC**. Disponível em [tripleC 19 \(2\): 307-324, 2021](http://www.triple-c.at) <http://www.triple-c.at>. Acesso em 15/04/2023.
- SINGER, André. **O lulismo em crise**. Companhia das Letras, São Paulo, 2018.

SILVA JÚNIOR João dos Reis Silva; FARGONI, Everton Henrique E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Disponível em: <http://www.scielo.br/es/a/LMDCRm4wrJPrZBbWCNrM3pj/>. Acesso em 13/04/2023.

VALENTE, Ivan., ROMANO, Roberto. **PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção?** 2002. Disponível em SciELO - Brasil - PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? PNE: Plano Nacional de Educação ou carta de intenção? Acesso em 14/04/2023.

---

#### **Contribuições das autoras:**

**Clara Martins do Nascimento:** Elaboração do texto a partir dos resultados da Tese de doutoramento intitulada A Universidade brasileira sob o padrão de reprodução do capital nos anos 2000, orientada pela Profa Dra. Ivete Simionatto e pelo Prof. Dr. Víctor Manuel Marí Sáez e defendida em 2022, em regime de cotutela firmado entre o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e o Doutorado em Comunicação da Universidade de Cádiz (Espanha). A pesquisa também está vinculada ao Projeto de P+D da AEI (Agência Estatal de Investigación, Espanha) “Comunicação Digital Solidária” PID2019-106632GB-I00/AEI/10.13039/501100011033, coordenado pelo Prof. Dr. Víctor Manuel Marí Sáez.

**Ivete Simionatto:** Supervisão e sistematização da pesquisa, edição e revisão do artigo.

---